

Bloco avança com apreciação parlamentar para manter proteção na invalidez

19 de Novembro, 2015 - 22:46h

Iniciativa pretende impedir a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 246/2015, publicado no último dia de vigência do anterior governo. O diploma extinguiu a lista de doenças crónicas e incuráveis que recebiam apoio especial, reduzindo-o aos pacientes que tenham prognóstico de dependência ou morte em três anos.

O Bloco de Esquerda deu entrada nesta quarta-feira a um requerimento de apreciação parlamentar do Decreto-lei 246/2015, de 20 de outubro, que introduziu graves alterações ao acesso ao regime de proteção especial na invalidez. O decreto, que já foi apelidado de 'Lei da morte certa', extingue uma lista de doenças que mereciam esse apoio especial e determina que o critério deste apoio se reduz aos pacientes de doença 'que clinicamente se preveja evoluir para uma situação de dependência ou morte num período de três anos'.

Cessação da vigência

Segundo o regimento da Assembleia da República, o decreto?lei em causa   apreciado em reunião plenária e a vota o na generalidade incide sobre a cessat o de vigência, podendo também, se não houver oposi o, ser votado em comissão parlamentar.

No caso de cessat o de vigência, diz ainda o Regimento, 'o decreto?lei deixa de vigorar no dia da publica o da resolu o no Diário da República, não podendo voltar a ser publicado no decurso da mesma sessão legislativa'.

O Regimento determina ainda que 'o requerimento de aprecia o de decretos?leis para efeito de cessat o de vigência ou de altera o deve ser subscrito por 10 Deputados e apresentado por escrito na Mesa nos 30 dias subsequentes   publica o'.

O **Esquerda.net** sabe que o primeiro subscritor do requerimento   o deputado Jorge Falcato, a primeira pessoa com deficiência a ser eleita deputado da Assembleia da República.

Relatório nunca visto

Na exposi o de motivos, o Bloco sublinha que o decreto-lei 246/2015 'altera drasticamente a forma de acesso ao regime especial de prote o na invalidez, mudando por completo o paradigma subjacente ao mesmo', e recorda que 'para tal altera o, o Governo apoiou-se num relatório que nunca foi visto - apesar de repetidas vezes solicitado pelo Bloco de Esquerda - de uma comissão especializada cuja composi o também não   conhecida'.

O regime especial de proteção na invalidez, aprovado e definido pela Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, protegia de forma especial as pessoas em situação de invalidez originada por paramiloidose familiar, doença de Machado-Joseph, sida (vírus da imunodeficiência humana, HIV), esclerose múltipla, doença de foro oncológico, esclerose lateral amiotrófica, doença de Parkinson ou doença de Alzheimer.

‘Tendo em conta o carácter altamente incapacitante destas doenças, assim como o facto de estas pessoas se verem privadas, desde muito cedo, da capacidade de trabalhar, considerou-se ? e bem ? que o Estado deveria ter uma resposta solidária e específica para com estas pessoas, nomeadamente em forma de prestação pecuniária?, afirmam os bloquistas.

Recuo inesperado e injustificado

Acontece que o decreto-lei do governo Passos Coelho ? Mota Soares introduz ?um recuo inesperado e injustificado a estas respostas sociais?.

‘Muitos dos portadores das doenças atrás enumeradas ficarão arredados de qualquer possibilidade de aceder ao regime especial?, afirma o Bloco de Esquerda, ‘porque, para os legisladores do Decreto-Lei já referido, só pode ter acesso a uma resposta solidária do Estado quem esteja incapacitado permanentemente para o trabalho e ‘que clinicamente se preveja evoluir para uma situação de dependência ou morte num período de três anos’?.

‘Na verdade?, afirma o requerimento, ‘estamos perante a introdução de alterações que têm um objetivo: cortar nas respostas sociais?.

A exposição de motivos recorda ainda que o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, ‘tentou justificar o injustificável, dizendo que existem outras doenças altamente incapacitantes que hoje não fazem parte da tabela de doenças que dão acesso ao regime especial. Estranha foi a solução arranjada: em vez de alargar a tabela de doenças optou-se por acabar com essa mesma tabela e garantir acesso ao regime especial apenas a quem se preveja que venha a ficar completamente dependente ou que venha a morrer num prazo de 3 anos. Se a intenção era alargar o acesso ao regime especial, então a solução passaria por alargar a tabela de doenças?.

Regresso à redação originária

E concluem os bloquistas: ‘Fazendo cessar a vigência deste Decreto-Lei, a Lei 90/2009, de 31 de agosto, que define o regime especial de proteção social na invalidez, volta à sua redação originária, uma vez que o que se pretende é a repristinação dos artigos revogados pelo Decreto-Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro?, evitando, assim, o que seria um enorme corte em apoios sociais a pessoas fragilizadas por doenças crónicas e altamente incapacitantes.

Artigos relacionados:

[Governo PSD/CDS altera drasticamente pensões por invalidez](#) ^[1][Mota Soares ataca pensões](#)

[por invalidez](#) ^[2][Pensões por invalidez: não há limites para a perversidade de PSD/CDS](#) ^[3]

[Comissão que retirou pensões de invalidez é ‘clandestina’](#) ^[4][FNE exige revogação de decreto que altera pensões de invalidez](#) ^[5][Pedidos de pensões de invalidez dispararam com](#)

[novo regime](#) ^[6][Invalidez: Quando era oposição, CDS queria ampliar lista de doenças](#) ^[7]

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/bloco-avanca-com-apreciacao-parlamentar-para-manter-protecao-na-invaliddez/39667?page=0>

Ligações:

- [1] <http://www.esquerda.net/artigo/governo-psdc-ds-altera-drasticamente-pensoes-por-invaliddez/39227>
- [2] <http://www.esquerda.net/opiniao/mota-soares-ataca-pensoes-por-invaliddez/37520>
- [3] <http://www.esquerda.net/opiniao/pensoes-por-invaliddez-nao-ha-limites-para-perversidade-de-psdc-ds/39229>
- [4] <http://www.esquerda.net/artigo/comissao-que-retirou-pensoes-de-invaliddez-e-clandestina/39443>
- [5] <http://www.esquerda.net/artigo/fne-exige-revogacao-de-decreto-que-altera-pensoes-de-invaliddez/39633>
- [6] <http://www.esquerda.net/artigo/pedidos-de-pensoes-de-invaliddez-disparam-com-novo-regime/39578>
- [7] <http://www.esquerda.net/artigo/invaliddez-quando-era-oposicao-cds-queria-ampliar-lista-de-doencas/39485>